**PROJECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA PROMOTORA DA AUTONOMIA E GESTÃO PARTICIPATIVA DA ESCOLA**

António Luís Julião

[**juliaoantonioluis23@gmail.com**](mailto:carlaisced@gmail.com)

**Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela - UKB**

**Resumo:** A escola como centro de desenvolvimento e de construção da cidadania deve ter como base um projecto que garanta a formação de indivíduos críticos e re­flexivos. É nesse contexto que o projecto político-pedagógico ganha destaque, por definir um norte para a prática pedagógica e actuar como um guia para a promoção da autonomia e do trabalho colectivo da escola, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.Neste sentidoo presente trabalho augura analisar a influência do projecto Político Pedagógico na promoção da gestão participativa e autónoma da escola. Assim sendo, buscou-se responder o seguinte questionamento: Até que ponto o Projecto Político Pedagógico influi na promoção da gestão participativa e autónoma da escola? Para dar suporte a nossa pesquisa, e inspirando-se na abordagem qualitativa, de carácter exploratório, primou-se pelo levantamento do aparato teórico-bibliográfico, acerca da temática estudada neste trabalho. Assim, dialogamos com Veiga, Vasconcellos, Libâneo, Gadotti e outros que discutem o Projecto Político Pedagógico. Os referenciais bibliográficos consultados, proporcionaram depreender que o projecto político pedagógico é um instrumento fulcral que propícia a autonomia e a promoção da gestão participativa da escola, mormente quando se investem em momentos e espaços para que toda comunidade educativa se sinta capaz de reflectir sobre as principais necessidades que aescola enfrenta, construindo uma sociedade mais crítica, autónoma e participativa. Espera -se que esta pesquisa possa contribuir para o debate e, quiçá, possam os profissionais da escola revisar as concepções teóricas e metodológicas sobre a temática. **Palavras-Chave:** Projecto Político-Pedagógico, gestão participativa, autonomia e escola.

**Considerações Introdutórias**

A gestão participativa na escola tem sido um assunto bastante dissertado na contemporaneidade, visto ser um processo que oportuniza, tanto a participação e autonomia das pessoas que fazem parte da escola, quanto das que estão à sua volta nas decisões administrativas. A gestão escolar, numa perspectiva democrática, tem características e exigências próprias. Para efectivá-las, é preciso observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas. O direito para que todos participem da gestão está garantido na legislação nacional, em especial na (LBSE, 2016), art. 100º, ponto 3. Existem vários elementos que contribuem para a consolidação da gestão participativa na escola, a exemplo do projecto político-pedagógico, que é um documento elaborado por todos os membros da comunidade escolar, sejam eles professores, gestores e comunidade local, com o propósito de organizar todo o trabalho da escola, tais como actividades administrativas, pedagógicas e didácticas. Dele brotam as concepções, finalidades e prioridades que norteiam as acções da comunidade escolar. Ele congrega o passado, o presente e o futuro, ou seja, representa o mais importante: a identidade, a autonomia e a vida da escola.

Segundo Vasconcellos (2004:169) “o projecto político-pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planeamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada”. O Projecto Político Pedagógico é sem dúvida uma ferramenta que tem como principal objectivo melhor organizar a estrutura interior das escolas, auxiliando o trabalho da comunidade escolar em relação ao exercício do compromisso de todos, quanto às questões política e pedagógica. Ele funciona como a identidade e a matriz de toda acção educativa do âmbito escolar.

Nessa linha de raciocínio, Viega (2002) es­tabelece que o projecto político-pedagógico busca um rumo, define uma direcção, apresentando-se como uma acção intencional, figurando-se como um compromisso definido colectivamente. E, para essa autora, tal projecto é um acto político, uma vez que oportuniza um compromisso com a formação de um cidadão reflexivo, autónomo, participativo e responsável, capaz de mudar sua realidade social. Contudo, pensamos que para que esse projecto se desenvolva de maneira exitosa, faz-se necessária a participação colectiva de todos os actores envolvidos no processo educativo esco­lar, onde através de uma relação dialógica todos os integrantes dessa comunidade irão estabelecer metas, objectivos e caminhos a serem seguidos. É importante ressaltar que o projecto político-pedagógico representa a autonomia da escola, e que é através desse projecto que ela es­tabelece a sua identidade e o seu percurso de vida.

A justificativa para a elaboração do presente trabalho se faz pelo facto de, por um lado considerar que o Projecto Político-Pedagógico é um documento fundamental e norteador das acções que formam a identidade da escola e que sem ele a mesma caminha sem rumo. Por outro lado, a gestão participativa ainda não está plenamente efectivada nas instituições de ensino, isso porque os gestores e outros intervenientes do processo, ainda não possuem a autonomia suficiente e as condições necessárias para a real efectivação da autonomia e da gestão democrática da escola em larga escala.

Assim, o estudo que nos propusemos desenvolver pretende dar resposta ao seguinte problema:Até que ponto o Projecto Político Pedagógico influi na promoção da gestão participativa e autónoma da escola?

Assim, pretendeu-se alcançar o seguinteobjectivo geral: Analisar a influência do Projecto Político Pedagógico na promoção da gestão participativa e autonóma da escola. Do ponto de vista especifico procuramos identificar os factores que favoreceram ou pelo contrário, obstaculizam a gestão participativa e autónoma da escola.

Partimos do pressuposto de que o Projecto Político-Pedagógico da escola, construído com a participação de toda a comunidade, constitui uma ferramenta bastante poderosa na mudança das relações de poder na perspectiva de mais democracia na escola, mais participação colectiva, mais autonomia, rumo à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Neste sentido o papel da gestão participativa nas Instituições escolares é crucial no que se refere a organização de encontros e discussões como espaço aberto, crítico, reflexivo e autónomo que garanta a participação de todos os segmentos na definição das ideias educativas considerando o caráter democrático e ético na educação.

**Enquadramento Teórico**

1. **Conceituando o projeto político-pedagógico**

No sentido etimológico a palavra projeto vem do latim *projectu*, do verbo projicere, que significa se lançar para frente. “Portanto, a construção de um projecto político-pedagógico na escola significa a busca de mudanças e melhoria no processo de ensino e aprendizagem (Viega, 2000). Todo projecto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Em nosso entendimento projectar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projecto contém. Na óptica de Carvalho (2004:156) “o projecto político-pedagógico pode ser considerado como a carteira de identidade da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa”.

Como vemos, o projecto político-pedagógico é o elemento que norteia todo o trabalho dos membros da escola. Nele devem estar contidas todas as metas e planeamento do que se pretende e o que deve ser feito para se chegar aonde se quer, buscando assim a construção de aprendizagens sólidas. Segundo Vasconcelos (2004:169), “o projecto político-pedagógico pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planeamento participativo, que define claramente o tipo de acção educativa que se quer realizar”. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da actividade prática da instituição neste processo de transformação.

Segundo (Veiga & Fonseca, 2001) definem “o Projecto Político Pedagógico como instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados”. Além disso, harmoniza as directrizes do currículo oficial com a realidade da escola, traduzindo a sua autonomia.

Com base no acima exposto compreendemos o projecto Político Pedagógico como resultado do processo de sistematização do planeamento participativo que busca definir o tipo de acção educativa que se quer realizar a partir da leitura da realidade, embasada num referencial que expressa a intencionalidade quanto à forma de intervenção e de mudança desta realidade. Assim, para que a educação se efective com qualidade, de forma democrática e com respeito a diversidade é necessário a participação de todos os segmentos da escola com responsabilidade e consciência ética rumo a melhoria da gestão e dos resultados da acção educativa.

1. **Projecto político-pedagógico como instrumento da gestão escolar democrática**

A estrutura organizacional da escola, isto é, a forma como as tarefas, responsabilidades e relacionamento entre os diversos sectores é estabelecida (Libâneo, Oliveira, & Toschi, 2011) prevê mecanismos que viabilizam a gestão escolar, nomeadamente uma gestão que se pretenda menos burocratizada e autoritária e mais participativa. O que importa salientar é que a construção do projecto político-pedagógico, na perspectiva da gestão participativa, implica formas de representatividade de todos os agentes educativos.

Na base da auto-organização e da autonomia da escola, está o projeto político pedagógico como a directriz das acções que concretizam as opções políticas e pedagógicas dos educadores, haja vista a impossibilidade de pensar o Projecto Político Pedagógico da escola sem levar em consideração a peculiar organização que existe em seu interior, sua forma de gestão, sua forma de existir, uma vez que o Projecto Político Pedagógico é “a própria organização do trabalho pedagógico da escola” (Viega, 2013:22).

Entende-se que as relações que ocorrem no ambiente escolar podem favorecer ou não uma cultura de gestão na perspectiva participativa. O projeto educativo surge como o instrumento, por excelência, da construção da autonomia da escola” (Canário, 1992). E na base da gestão democrática, está o exercício do pensar autónomo dos sujeitos, como construtores da história das instituições escolares. Portanto, a efectivação da gestão escolar na perspectiva democrática exige transformações individuais dos sujeitos envolvidos e na própria organização escolar, pela premente necessidade de fortalecimento da cooperação, participação, negociação de interesses conflitivos, o que se contrapõe ao individualismo, corporativismo e a outras práticas comummente observadas no quotidiano escolar.

Nosso pensamento é corroborado por Hora (2007), ao explicitar que o fazer democrático no interior da escola realiza-se pela transformação das práticas sociais que ali se constroem, tendo como foco a necessidade de ampliar os espaços de participação e de debates, preservando as diferenças de interesses entre os diversos sujeitos e grupos em interacção, promovendo a autonomia da escola e a participação de todos os membros da comunidade.

* 1. **A construção colectiva do projecto político-pedagógico**

A construção colectiva do projecto político-pedagógico é fundamental para a democratização e conquista da autonomia da escola. Para Veiga (2009:14) “a principal possibilidade de construção do projecto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade”. Isto significa resgatar a escola como espaço de ciência, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão activa e colectiva. Portanto, é preciso entender que o projecto político pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. A gestão democrática é importantíssima para o bom funcionamento da instituição, tanto no âmbito educacional como em outros sectores da sociedade. Entretanto, para que a democracia e autonomia se efectivem de facto é necessário que as decisões sejam tomadas de forma colectiva, garantindo assim, a acção consciente e conjunta de todos envolvidos no processo educacional, pois a escola é lugar privilegiado para o diálogo e o desenvolvimento crítico e autónomo dos cidadãos.

O Projecto político pedagógico ao ser construído e administrado de forma correcta e participativa pode ajudar de forma decisiva a escola a alcançar seus propósitos, gerando troca de conhecimentos e experiências. “O gestor, com os demais integrantes da comunidade escolar, deve garantir que a criação do Projecto Político Pedagógico seja democrática e que seja revisado sempre, de acordo com as necessidades que possam surgir” (Lima, 2002, p. 89).

Com base no acima exposto, podemos depreender que um Projecto Político Pedagógico construído democraticamente e sendo norteador da prática pedagógica, promove mudanças significativas e contribuem para fortalecer autonomia e a participação colectiva e activa.

1. **Projecto Político-Pedagógico: Importância e Abrangência**

Elaborar o Projecto Político-Pedagógico da escola é o principal ponto de alusão para a construção da identidade escolar e dos profissionais que nela actuam. Este é, também, a base para a formação de futuros cidadãos críticos e reflexivos, assim como o desenvolvimento de profissionais éticos, estéticos e qualificados.

Depreende-se, portanto, a partir dessa concepção, a importância de um documento orientador das acções educativas, que traça directivas e detalha as finalidades de todo o processo educativo, sendo esta uma das finalidades do projecto político pedagógico. A sua ausência, por outro lado, pode significar um descaso com a escola, com os alunos, com a educação em geral, o que, certamente, reflectirá no desenvolvimento da sociedade em que a escola estiver inserida. Coadunam-se com essa concepção o conceito e a finalidade do projeto político-pedagógico apresentados por Vasconcellos (2013) que ao concebê-lo como plano global da instituição, destaca os atributos inerentes ao documento: resulta de um planeamento participativo; aberto a contínuos aperfeiçoamentos; explicita o tipo de acção educativa desenvolvida; representa uma possibilidade de construção da identidade da escola e é instrumento teórico-prático para a formação e transformação da realidade.

Segundo Viega (1995) “o projecto busca um rumo, uma direcção. É uma acção intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido colectivamente”. Tomando como base o projecto político-pedagógico, podemos compreender todo o funcionamento, a estrutura organizacional, a metodologia e os aspectos teórico-práticos presentes na práxis pedagógica, enfim, tudo o que pode e deve ser esclarecedor e transparente para o bom entendimento quanto à estrutura e o funcionamento da escola, tanto por parte da comunidade e especialmente pelos professores.

Concluindo, pode-se constatar que o projecto Político-Pedagógico vai muito além de um simples documento, pois nele constam acções que devem ser elaboradas e colocadas em prática por toda comunidade escolar. Assim, o projecto educativo se estabe­lece, portanto, como um instrumento democráti­co e autónomo, que permite a participação cidadã e a formação da consciência crítica e autónoma. Em síntese, o projecto Político-Pedagógico, sendo a alma da escola, colabora de forma directa com a qualidade permanente da educação, numa dupla dimensão: política e pedagógica, promovendo a sua autonomia.

1. **O Projecto Político Pedagógico e a Autonomia da escola**

Para mudar a realidade imperante a organização escolar precisa reforçar seus processos internos de tomadas de decisões e encaminhamentos das situações, implica em buscar fortalecer a autonomia escolar. Segundo Viegas (1998, p. 15), para ser autónoma, “a escola não pode depender somente dos órgãos centrais que definem a política da qual ela não passa de executora”. Ela concebe sua proposta pedagógica e tem autonomia para executá-la e avaliá-la ao assumir uma nova atitude de liderança, no sentido de reflectir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da organização escolar.

A autonomia envolve várias extensões: administrativa, financeira, jurídica e pedagógica, articuladas entre si de forma coerente. Cada extensão tem suas responsabilidades para com toda a comunidade escolar. A extensão administrativa diz respeito à organização da instituição escolar, desde a definição do estilo de gestão, relações internas externas a escola, adequando a estrutura organizacional à realidade histórica vivida. Segundo Viega (1998, p. 17), a autonomia administrativa representa um espaço de negociação e possibilidade do empoderamento de todos os agentes educativos nas definições e direcionamentos realizados no contexto escolar. A autonomia jurídica refere-se à possibilidade da escola produzir as normas e bússolas escolares de acordo seu modelo de gestão, diz respeito a definir as normas de matrícula, transferência, admissão de pessoal, entre outros. A autonomia financeira trata da disponibilidade de recursos financeiros que dêem condições da própria instituição administrar seu funcionamento pleno. Pode ser total ou parcial e exige por parte da instituição escolar competência para produzir e executar seu orçamento. Por fim, a autonomia pedagógica que compreende a liberdade de ensino e pesquisa de cada instituição de ensino e que se concretiza na oportunidade de cada escola construir seu próprio currículo, de efectivar as intenções educativas assim como a concepção de ensino, de aprendizagem, avaliação, metodologias, princípios, entre outros. Está portanto estritamente ligada a identidade e a função social que a escola se propõe cumprir.

Portanto, acredita-se que o Projecto Político Pedagógico pode actuar como instrumento promotor da autonomia administrativa, pedagógica, jurídica e financeira da unidade escolar, pois, deixa claro o jogo decisório do colectivo escolar, oportunizando que as acções, princípios, ideologias, metodologias e acções desenvolvidas em qualquer sector da escola, seja fruto da construção colectiva, contextualizada na realidade de cada organização escolar. Cavagnari (1998, p. 99) reforça estas afirmativas: “Assim, o projeto político-pedagógico e autonomia são processos indissociáveis, como também a formação continuada, como elemento que promove a competência no grupo.” Enfim, o Projecto político pedagógico não é um mero documento da escola, mas sim o “esqueleto” que configura a autonomia e participação activa da vida da escola e deve ser desenvolvido em função da participação activa, participativa e colectiva.

1. **Dificuldades e Possibilidades na construção do Projecto Político-Pedagógico**

Gadotti (2000a), ao discutir os obstáculos e limites que surgem quando se implementam processos de gestão colectiva nas escolas, argumenta que, para a real efectivação dos mesmos, é preciso que a escola esteja impregnada de uma certa atmosfera que respira a “circulação de informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos, ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação de recursos humanos”. De acordo com o autor, a maioria dos problemas deve-se à nossa pouca experiência democrática; à própria estrutura verticalizada de nossos sistemas educacionais; ao autoritarismo que, historicamente, tem impregnado nosso *ethos* educacional; ao tipo de liderança que tradicionalmente domina a actividade política no campo educacional.

Neste contexto, cabe à escola construir sua autonomia através de prática de resistência criando espaço de transformação. Conforme afirmam Sousa & Correia (2005, p. 63) “a escola precisa pensar acerca das possibilidades de construir uma autonomia própria que provenha das práticas e da reflexão dessa mesma prática por parte dos actores que a produzem”. Para enfrentar essas dificuldades, Gadotti (2000) sublinha a necessidade de desenvolvimento de uma consciência crítica; o envolvimento das pessoas – comunidade interna e externa à escola; participação e cooperação das várias esferas do governo e autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projecto. Enfim, podemos depreender que é preciso compromisso político e engajamento dos professores, dirigentes, pais e alunos, para construir a própria identidade da escola como instituição social e autónoma e assumir compromissos para criar um futuro melhor do que o presente.

**Metodologia**

O presente estudo qualitativo, configurado numa pesquisa bibliográfica (Bogdan & Biklen, 1994), visa explorar ainda mais o projecto político pedagógico escolar, pois vemos que é um instrumento orientador de toda acção educativa, que precisa ser discutido com maior amplitude e ousadia, tanto no âmbito da formação docente, quanto no âmbito da suas práticas em contexto da escola. O objectivo de uma pesquisa bibliográfica é formular hipóteses para que sirva de ponto de partida a outras pesquisas, a outros olhares e a novas abordagens com vista a enriquecer o acervo bibliográfico já existente. Como antevisão para a dissertação de mestrado, o estudo servirá para analisarmos como os aportes teóricos constantes do presente trabalho encontram respaldos na realidade educativa e objectiva: a escola. O estudo de caso que iremos abordar nesta pesquisa no ano de 2019 é o instrumental que “refere-se a estudos de caso particulares que são realizados com o intuito de observar a aplicabilidade determinada teoria” Silva (2014:53) que no caso desta pesquisa o foco é Projecto Político Pedagógico.

**Resultados e Discussão**

Esperamos que, ao final de nossa pesquisa, poderemos abrir espaço para discussão entre os membros da comunidade educativa, sobre o documento orientador de toda acção educativa, ou seja, que essa comunidade reflicta sobre a importância do Projecto Político Pedagógico como instrumento que colabora de forma directa com a qualidade permanente da educação através da promoção da autonomia e gestão participativa da escola. Logo, o projeto político-pedagógico é um instrumento de trabalho que ilumina princípios filosóficos, define políticas e mobiliza os diferentes sectores da escola em busca de objectivos comuns. Em suma, o projeto pedagógico dá voz à escola e é a concretização sua autonomia. É por meio de uma reflexão que a comunidade educativa terá a chance de se sentir parte fulcral do processo e construtora da própria história no âmbito político e pedagógico, propiciando a qualidade do processo docente-educativo.

**Considerações Finais**

À guisa de conclusão, até o presente momento, procuramos chamar atenção para o facto de que o Projecto Político Pedagógico é um instrumento fundamental que norteia a organização das acções do fazer pedagógico no quotidiano da escola. Suas acções devem promover a gestão participativa, autónoma e fortalecer o grupo para trabalhar em cooperação, com responsabilidade e ideias coerentes, articuladas entre si e reunidas em torno de objectivos, cujos efeitos são a aprendizagem dos alunos e a verdadeira autonomia da escola. Os dados encontrados demonstram que o Projecto Político Pedagógico quando é elaborado de forma conjunta, abre as portas da escola para que a comunidade escolar tenha voz e participe da construção de uma sociedade mais crítica, participativa e autónoma. Não obstante, as limitações que também foram analisadas em confronto com o conceito de gestão participativa e autónoma, prendem-se com a falta da cultura de participação dos sujeitos da comunidade, bem como os autoritarismos dos sujeitos componentes da escola.

Portanto, para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível, éimprescindível propiciar momentos para que os membros da comunidade educativa sintam-se capazes de reflectir sobre os problemas e necessidades que aescola enfrenta, pois assim haverá uma sintonia quanto ao seu papel na construção decidadãos críticos e autónomos capazes de interagir em diferentes contextos sociais. Em suma, o projecto pedagógico dá voz à escola e é a concretização de sua identidade e, consequentemente, de sua autonomia.

**Referências Bibliográficas**

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação.* Porto: Porto Editora.

Canário, R. (1992). *O estabelecimento de ensino no contexto local e o Projecto Educativo de Escola.* Lisboa: Educa.

Gadotti, M. (2000). *Concepção Dilaéctica da Educação* (11ª ed.). São Paulo: Cortez.

Gadotti, M. (2000). *Perspectivas Actuais da Educação.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Hora, L. D. (2007). *Gestão Democrática na Escola: artes e oficios da gestão colegiada.* Campinas: Papirus.

LBSE. (2016). *Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino Nº 17/16 de 7 de Outubro.* Angola.

Libâneo, J. C., Oliveira, F., & Toschi, M. (2011). *Educação Escolar* (10ª ed.). São Paulo: Cortez.

Lima, L. (2002). *Organização Escolar e Democracia Radica: Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública.* São Paulo: Cortez.

Silva, A. J. (2014). *Gestão do Projecto Pedagógico.* UAB: Unicentro.

Silva, M. (2003). *Do Projecto Político-Pedagógico do Banco Mundial: ao Projecto Político Pedagógico da Escola Pública* (Vol. 23). São Paulo: Corteza.

Sousa, V., & Correia, J. (2005). Projecto Pedagógico: a autonomia construída no quotidiano da escola. In S. L. Vieira, *Gestão da Escola: desafios a enfrentar* (pp. 47-75). Rio de Janeiro: DP&A.

Vasconcellos, C. S. (2004). *Coordenação do trabalho pedagógico: do projecto político-pedagógico ao quotidiano da sala de aula.* São Paulo: Libertad.

Vasconcellos, C. S. (2013). *Coordenação do trabalho pedagógico: do projecto político-pedagógico do quotidiano da sala de aula* (6ª ed.). São Paulo: Libertad.

Veiga, I. P. (2009). *Projecto Político Pedagógico da Escola: Uma Constrição Possível.* Campina: Papirus.

Veiga, I. P., & Fonseca, M. (2001). *As dimensões do Projecto Político Pedagógico: Novos Desafios para a Escola.* Campinas, SP: Papirus.

Viega, I. P. (1998). Perspectivas para reflexão em torno do projecto político-pedagógico. In I. P. Viega, & L. Resende, *Escola: Espaço do Projecto Político-Pedagógico.* Campinas: Papirus.

Viega, I. P. (2010). *Projecto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível* (28ª ed.). Campinas: Papirus.

Viega, I. P. (2013). *Projecto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível* (8ª ed.). São Paulo: Papirus.

Viega, I. P. (2002). *Projecto Político Pedagógico: Uma construção colectiva* (15ª ed.). Campinas: Papirus.

Viega, I. P. (2000). *Projecto Político-Pedagógico da Escola. Uma Construção Possível.* (5ª ed.). Campinas: Papirus.

Viega, I. P. (1995). *Projecto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possivel.* Campinas: Papirus.